

Roberto Fanfani<sup>1</sup>  
Lucilla Spinelli<sup>2</sup>  
Valdemar João Wesz Junior<sup>3</sup>

## *Transformações agrárias na Itália de 1930 a 2010*

### **Introdução**

O meio rural italiano tem passado, ao longo das últimas décadas, por profundas transformações. Essas mudanças estão entrelaçadas com o rápido câmbio no seu sistema socioeconômico, que rapidamente passou de uma sociedade predominantemente rural para industrial, tornando-se pós-industrial em tempos mais recentes (DE MASI, 1999). A partir do final da Segunda Guerra Mundial, as formas mais antigas de condução do estabelecimento desapareceram, como o latifúndio no sul e, mais tarde, os meeiros, que caracterizaram grandes áreas da Itália central e do Norte oriental. A retomada da emigração e o rápido e descontrolado êxodo rural, acompanhados pela forte industrialização, caracterizaram o período do chamado “milagre econômico” (1950-1973), reduzindo a demanda pela terra. Em paralelo, as políticas de reforma agrária e a lei de desenvolvimento da pequena propriedade camponesa tiveram efeitos diretos e indiretos na afirmação e no crescimento das unidades com gestão familiar (CAMPUS, 1969; BARBERO, 1967; ROSSI-DORIA; 1969).

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Doutorado de Economia e Estatística Agroalimentar na Universidade de Bolonha/Itália. E-mail: roberto.fanfani@unibo.it.

<sup>2</sup> Professora substituta na Universidade de Bolonha/Itália. E-mail: lucilla.spinelli2@unibo.it.

<sup>3</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: jwesz@yahoo.com.br.

Com a proliferação das empresas no período da “industrialização descentralizada” (*industrializzazione diffusa*), muitos estabelecimentos agropecuários transformaram-se em unidades de tempo parcial (pluriatividade), como realçaram Calza Bini (1976), Brusco (1979), Cavazzani (1980), entre outros. Mais tarde, no início dos anos 1980, é evidente o aumento generalizado do *contoterzismo*, que se caracteriza pela terceirização das atividades que exigem grande investimento tecnológico, como o preparo do solo, plantio, pulverização e colheita (FANFANI, 1989; BENEDICTIS, 1995). A especialização torna-se predominante e as unidades se concentram, cada vez mais, em um número menor de estabelecimentos, prevalentemente localizados nas áreas de planície (IACOPONI, 1985; FANFANI, 1990).

Em 1990, os resultados do Censo Geral da Agricultura tornam evidente o alargamento do dualismo entre o norte e o sul do país, que se intensifica entre áreas de planícies e aquelas de maior altitude. Já a análise dos tipos de estabelecimentos agrícolas se complexifica quando se leva em consideração a origem do trabalho (familiar ou não familiar), a presença da pluriatividade (monoativa e multiativa) e as dimensões fundiárias e econômicas das explorações (pequenas, médias e grandes) (FABIANI e SCARANO, 1995; MARINELLI, SABBATINI e TURRI, 1998; FANFANI e MONTRESOR, 2000). Além disso, é confirmada a presença de funções múltiplas nas unidades agrícolas (multi-funcionalidade), que passaram a desempenhar crescente importância na determinação da renda dos estabelecimentos (BENEDICTIS, 1992; MANTINO, 1995). As mudanças iniciadas na década de 1990 são aceleradas na primeira década do novo milênio com a intensificação dos processos de modernização das explorações agrícolas (RUSSO e SABBATINI, 2005). O Censo de 2010, como será visto adiante, confirma algumas mudanças, como a concentração da superfície em grandes explorações que conjugam arrendamento e propriedade da terra.

Esta rápida descrição da agricultura italiana torna evidente as intensas mudanças que ocorreram neste segmento ao longo dos anos. Este artigo procura analisar, de modo mais profundo, as transformações e dinâmicas agrárias ocorridas na Itália de 1930 a 2010, focalizando o debate nas unidades de produção, nos meios de condução do estabelecimento e nas formas de posse da terra. Para tanto, são utilizados os dados do Censo Geral da Agricultura do ISTAT (*Istituto Nazionale di Statistica*), apresentando-os tanto em gráficos e tabelas como em mapas. O uso da cartografia é interessante porque permite averiguar as variações espaciais a partir de 1982 (os dados anteriores não estão disponíveis por província). É importante notar que até 1970

trabalha-se com os dados referentes ao Universo Itália, ao passo que nos anos mais recentes considera-se o Universo União Europeia<sup>4</sup>.

### **Número de estabelecimentos agropecuários e superfície agrícola**

Nos últimos 80 anos o meio rural italiano passou por grandes transformações, como a redução do número de estabelecimentos agropecuários e da superfície agrícola, principalmente após 1960. De 1930 a 1961 as unidades italianas aumentaram ligeiramente (crescimento de 2,3%), cujo resultado se deve, principalmente, à reforma agrária e ao desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, sobretudo no sul do país (essa questão será retomada com mais detalhe adiante). De 1961 a 2000, o número de estabelecimentos passou de 4,3 milhões para cerca de 2,4 milhões, para chegar a pouco mais de 1,6 milhão em 2010. A primeira grande redução no número de unidades (-16%) foi registrada entre os censos de 1961 e 1970, quando o êxodo rural estava em plena expansão. Esta queda é atenuada nos anos 1980, mas na década de 1990 ocorre um novo e acentuado decréscimo (-21%) no número de estabelecimentos, que foi ainda mais forte no novo milênio (-32%) (Tabela 1). A elevada taxa de redução ocorrida no último período (2000 a 2010) não tem precedentes se comparada com os decênios anteriores, cuja diminuição ocorreu principalmente nas pequenas propriedades, em um processo de formação e expansão dos médios e grandes estabelecimentos.

De 1930 a 1961 a superfície agrícola total (SAT) aumentou ligeiramente (2,3%), mas nas duas décadas sucessivas (1961-1982) ocorre uma redução de 4 milhões de hectares. Há muitos fatores que levaram a essa inversão de tendência. No primeiro período basta lembrar a “fome de terra”, resultante da evolução demográfica do período fascista e da manutenção dos problemas sociais e ocupacionais do pós-guerra. Além disso, a implementação da reforma agrária e o desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, através de incentivos creditícios

---

<sup>4</sup> A partir de 1970 o ISTAT passou a tabular os dados para o Universo UE devido à necessidade de compará-los com outros países. Até 2000 eram calculadas as informações para ambos os Universos (Itália e UE) e em 2010 passou a ser contabilizado somente o Universo UE, o que justifica a escolha da sua utilização nos últimos anos. A principal diferença é que no Universo UE os estabelecimentos agropecuários, para serem contabilizados no Censo, precisam deter uma superfície agrícola utilizada (SAU) superior a um hectare ou, quando não alcançarem essa área, devem comercializar um valor superior a 2.066 euros ao ano com produtos da própria unidade. Já o Universo Itália inclui todas as unidades, independente da sua dimensão econômica ou fundiária.

e fiscais implementados entre 1930 e 1960, contribuíram para o aumento da área agrícola<sup>5</sup>. O aumento da SAT foi particularmente elevado no sul e nas ilhas (superior a 8% no período de 1930-1961), ao passo que na zona central encontrou um aumento mais modesto (5%). Na Itália setentrional, especialmente na região nordeste, foi verificado um declínio de -7,5% na SAT, o que claramente antecipou o fenômeno da redução das terras agrícolas registrado posteriormente no resto do país.

**Tabela 1** – Número de estabelecimentos agropecuários e superfície agrícola total (SAT) e utilizada (SAU) na Itália - valores absolutos e variação (1930-2010)

Anos	Estabelecimentos agropecuários		Superfície agrícola total (SAT)		Superfície agrícola utilizada (SAU)	
	Número	Var %	Hectares	Var %	Hectares	Var %
1930	4.196.000	-	26.252.000	-	-	-
1961	4.293.924	2,3%	26.571.665	1,2%	-	-
1970	3.607.298	-16,0%	25.064.643	-5,7%	17.491.455	-
1982	3.133.118	-13,1%	22.397.833	-10,6%	15.972.746	-8,7%
1990	3.023.344	-3,5%	22.702.355	1,4%	15.045.898	-5,8%
2000	2.396.274	-20,7%	18.766.895	-17,3%	13.181.859	-12,4%
2010	1.620.884	-32,4%	17.081.099	-9,0%	12.856.048	-2,5%

**Fonte:** Fanfani (1990); ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

A diminuição significativa da SAT que ocorreu de 1961 a 1982 está calcada em vários elementos, como a redução da pressão sobre a terra, que é determinada em grande parte pelo desenvolvimento econômico da década de sessenta 1960 e pelo êxodo rural, particularmente intenso no Sul italiano. O aumento da infraestrutura, tanto nas áreas urbanas como rurais, mostrou uma progressiva utilização da terra para fins não agrícolas. Além disso, a elevação do preço das terras nas planícies e a falta de sucessores no estabelecimento nas décadas de 1960 e 1970, levaram à diminuição da área cultivada, principalmente nas áreas de montanha e colina, como será visto adiante.

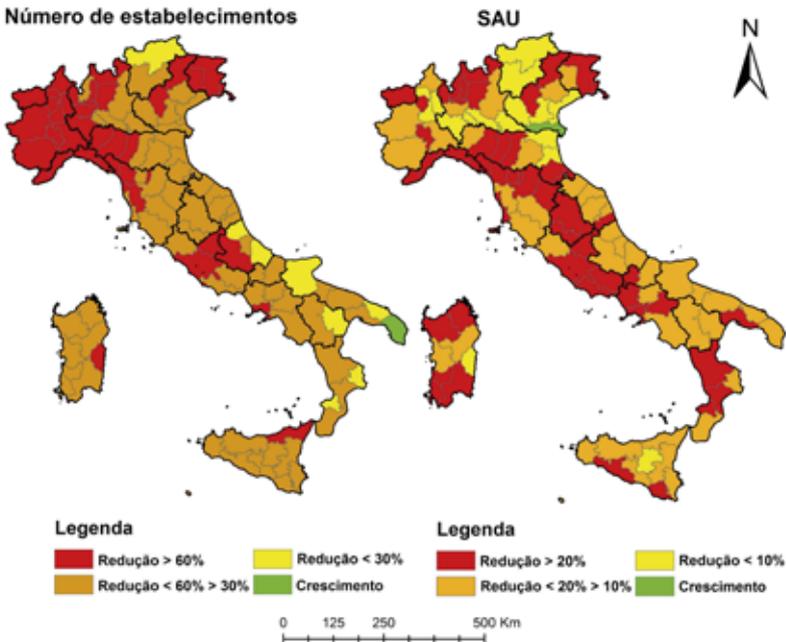
De 1982 a 1990 ocorre um pequeno aumento na SAT (1,4%), mas na década seguinte (1990-2000) pode ser vista a maior queda na série histórica, passando de 22,7 a 18,7 milhões de hectares (redução de 17,3%). Nos últimos dez anos (2000-2010) a diminuição da superfície agrícola total chegou a 9%, verificada principalmente nas zonas de

<sup>5</sup> Para uma análise mais aprofundada da política agrária italiana neste período, consultar Campus (1969), Artioli (1979) e Fabiani (1987).

montanha (-18%) e, em menor grau, na colina (-7%). Assim, junto com a diminuição do número de estabelecimentos, ocorreu uma redução, entre 1961 e 2010, de 9,5 milhões de hectares de SAT, o que representa a perda de 32% do total (equivalente à área de Portugal).

A redução da superfície agrícola utilizada (SAU) foi consistente, apesar de menos intensa se comparada ao número de estabelecimento e à SAT. A SAU teve uma queda de 8,7% entre 1970 e 1982 e volta a perder área de forma significativa ao longo dos anos 1990 (-12%). No decênio 2000-2010 a redução da superfície utilizada passou de 13,2 para 12,8 milhões de hectares, o que representa a menor queda (-2,5%) no período analisado. Nestes anos mais recentes a redução ocorreu nas áreas de montanha e colina, permanecendo as zonas de planície praticamente inalteradas. Apesar desta maior estabilidade no momento atual, deve-se considerar que os efeitos são cumulativos e o fenômeno continua grave, pois se trata de áreas de extrema importância para a produção agropecuária italiana.

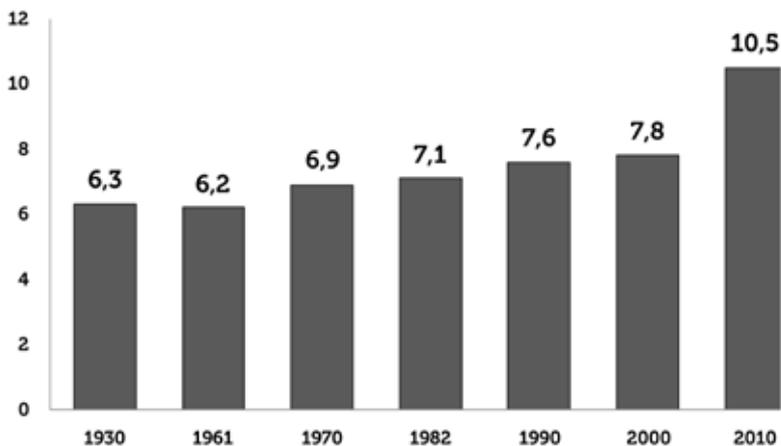
**Figura 1** – Variação no número de estabelecimentos agropecuários e na SAU por província italiana entre 1982 e 2010



Fonte: ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura. Elaboração dos autores.

Na Figura 1 pode-se ver que o número de estabelecimentos e a SAU tiveram um desempenho muito diverso entre as províncias italianas de 1982 a 2010. A grande redução no número de unidades de produção (superior a 60% no período considerado) ocorreu principalmente no norte (regiões de Piemonte, Liguria, Valle D'Aosta e Friuli Venezia Giulia), mas também em algumas províncias de Emiglia-Romagna, Toscana, Veneto e Lazio. A única província que cresceu foi Lecce, na região da Puglia. Quanto à superfície agrícola utilizada, as maiores reduções (superior a 20% entre 1982 e 2010) foram nas áreas de montanha – Apeninos e em algumas partes dos Alpes – e na Sardenha. Apenas na Província de Rovigo houve um aumento da SAU, ainda que muito modesto (1%).

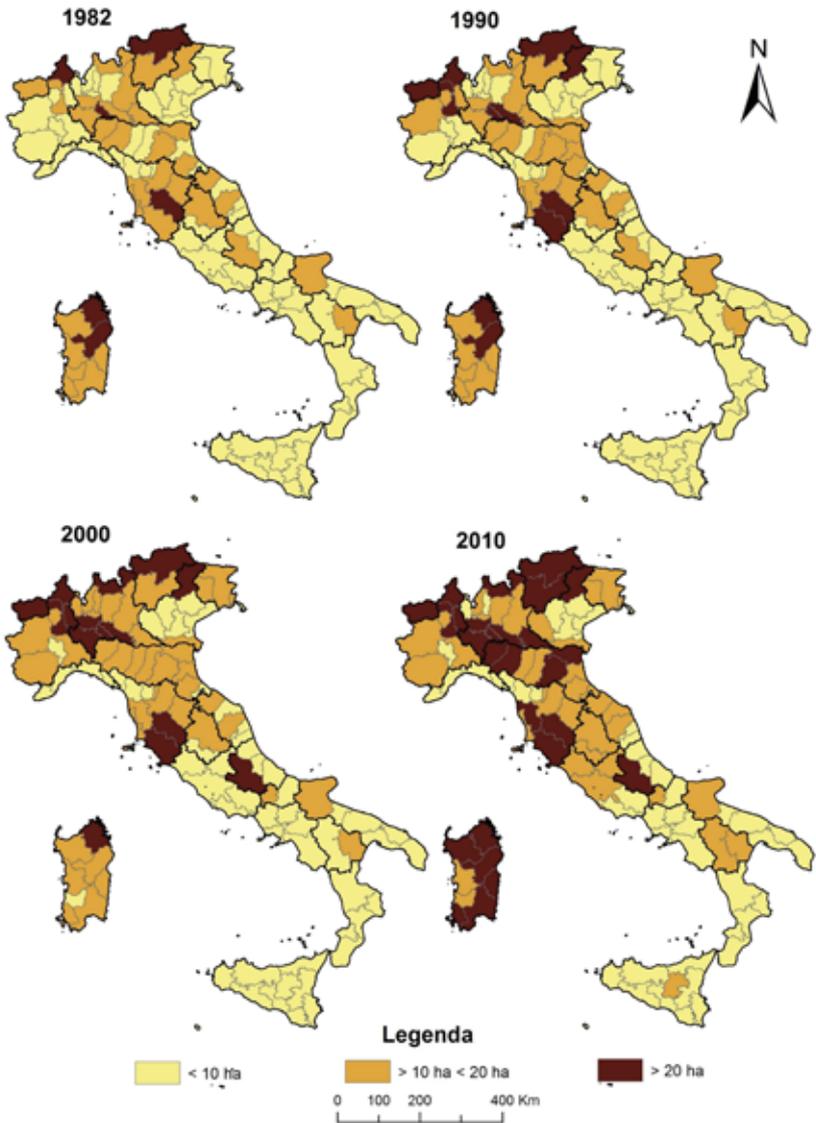
**Figura 2** – Área média dos estabelecimentos agropecuários na Itália (SAT em ha) – 1930 a 2010



**Fonte:** Fanfani (1990); ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

O tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários teve um aumento gradual ao longo dos anos, como pode ser visto na Figura 2. Nos primeiros anos o crescimento era mais lento (passou de 6,3 ha em 1930 para 7,8 ha em 2000), mas, na última década, houve uma ampliação mais intensa, alcançando 10,5 ha em 2010. Portanto, nos últimos dez anos a taxa de crescimento da área média dos estabelecimentos foi superior aos 70 anos anteriores. As diferenças territoriais são muito significativas no país, pois no noroeste (que inclui as regiões de Piemonte, Liguria, Valle D'Aosta e Lombardia) a SAT chega a 18,9 ha em

Figura 3 – Superfície agrícola total (SAT) média dos estabelecimentos agropecuários por província italiana entre 1982 e 2010



Fonte: ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura. Elaboração dos autores.

2010, enquanto no sul (províncias abaixo de Roma, excluindo as ilhas) alcança apenas 6,4 ha. A década de 1990 é ilustrativa desta desigualdade regional, visto que o forte aumento da área média das unidades ocorreu quase que exclusivamente no norte da Itália (crescimento de 24%), ao passo que na Itália meridional houve uma queda de 7%. Assim sendo, o tamanho médio dos estabelecimentos no sul em 2000 estava abaixo dos valores registrados para a média italiana em 1930, o que pode indicar dificuldades daquela região, principalmente no processo de modernização da agricultura em pequenas propriedades. No norte a presença de unidades maiores insere-se em um contexto diferenciado, pois há uma agricultura muito dinâmica, integrada aos mercados agroalimentares, que possui um alto padrão tecnológico e informacional, e que apresenta elevados índices de produtividade, sendo a principal região italiana beneficiada pelas primeiras políticas agropecuárias da União Europeia.

Em 1982, apenas seis províncias tinham o tamanho médio da SAT superior a 20 ha (Olbia-Tempio, Verbano-Cusio-Ossola, Lodi, Siena, Bolzano e Nuoro), enquanto a maioria apresentava valores inferiores a 10 ha, principalmente no centro-sul da Itália. Em 1990 e 2000 houve um aumento no número de províncias com uma média maior, mas é em 2010 que este processo torna-se mais intenso, principalmente na Sardegnha, Trentino-Alto Adige, Emilia-Romagna, Lombardia e Toscana. No entanto, há variações significativas dentro das próprias regiões, como é o caso da Toscana: as províncias do sul têm uma média superior a 20 ha, as do norte estão abaixo de 10 ha e nas do centro ocorre uma situação intermédia. Em 2010, as províncias com uma média inferior a 10 ha estão localizadas principalmente no centro-sul italiano e nas regiões do Veneto e Liguria (Figura 3).

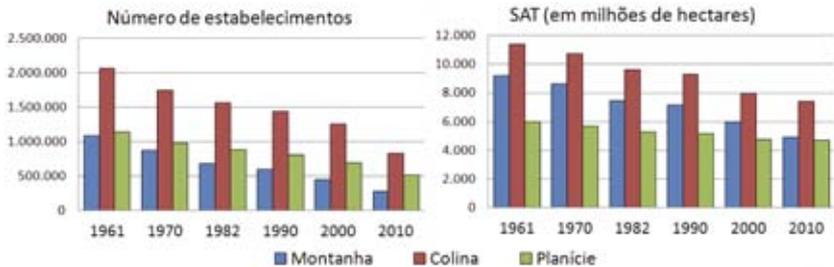
Apesar das variações por província, a diferenciação territorial da agricultura italiana torna-se cada vez mais acentuada e preocupante entre as zonas altimétricas<sup>6</sup>, com uma aceleração nas últimas duas décadas. Na verdade, como já observado, nos anos 1960, em pleno êxodo rural, a forte redução do número de estabelecimento atingiu todas as áreas, embora em maior medida nas montanhas do que nas planícies. De 1970 a 1990, ao mesmo tempo que ocorre uma redução das unidades de produção, torna-se sistematicamente mais importante a

---

<sup>6</sup> O ISTAT diferencia três tipos de zonas altimétricas: i) planície, com altitude inferior a 300 metros; ii) colina, com altitude superior a 300 metros e inferior a 600 metros no norte e a 700 metros no centro-sul e nas ilhas; iii) montanha, com altitude superior a 600 metros no norte e a 700 metros no centro-sul e nas ilhas.

queda nas áreas de altitude mais elevada, que atingiu quase o dobro em comparação com a colina e a planície. Nas últimas duas décadas este processo sofre uma aceleração ainda mais forte e continua sendo evidente nos espaços de montanha, que perderam mais da metade do número de estabelecimentos nestes 20 anos. Nas áreas de colina houve uma perda de 42% das unidades entre 1990 e 2010; na planície esse valor chegou a -37% (Figura 4).

**Figura 4** – Número de estabelecimentos e SAT por zona altimétrica na Itália (1961-2010)



**Fonte:** ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

A superfície agrícola total (SAT) também apresentou uma redução conforme a altitude das áreas. Na década de 1960 a queda foi pequena e praticamente idêntica para todas as zonas (redução próxima dos 5%). Nos anos seguintes o desempenho da SAT seguiu a mesma tendência do número de estabelecimentos, ou seja, diminuição mais intensa nas áreas mais altas, que apresentam maiores dificuldades no processo de modernização agrícola e acesso aos mercados, além dos maiores índices de êxodo rural. Na última década (2000-2010), enquanto as planícies mantiveram a sua superfície, houve na colina e na montanha reduções importantes, que alcançaram 7% e 18%, respectivamente (Figura 4). O fato de a planície diminuir o número de estabelecimentos e manter sua SAT no último período analisado indica um processo de concentração fundiária nesta zona.

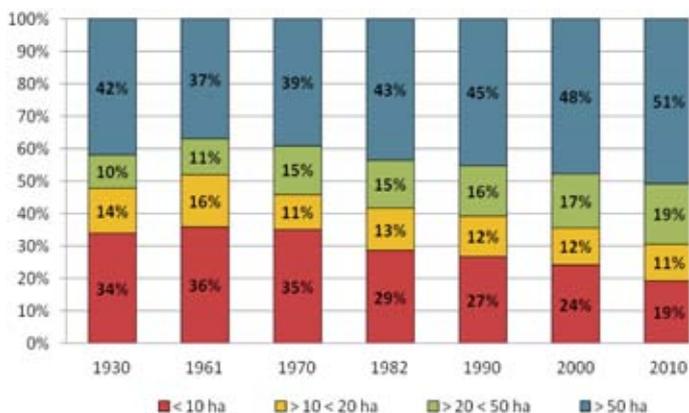
Ao olhar esse processo ao longo dos últimos 50 anos (1961-2010), o número de estabelecimentos nas áreas de montanha teve uma queda de 75%, o que significa que três em cada quatro unidades desaparecem desta zona altimétrica. Ao mesmo tempo, as regiões de planície e colina diminuíram 55% e 60%, respectivamente. Isso mostra que as reduções também foram muito significativas nestas áreas de menor altitude, mas menos intensas quando comparadas à montanha. Nos dados da SAT as áreas mais elevadas também tiveram as maiores re-

duções entre 1961 e 2010, chegando a 46,5%. Isso mostra que quase metade das áreas ocupadas nesta zona não faz mais parte das unidades de produção agropecuária. Por outro lado, as superfícies planas diminuíram em 20% a sua SAT, ao passo que a colina teve uma queda de um terço (Figura 4). Este acúmulo progressivo da redução da superfície e dos estabelecimentos resultou em um verdadeiro abandono de muitas áreas montanhosas e de colinas do país, apresentando graves problemas na gestão da terra e na preservação da paisagem rural.

### Estabelecimentos agropecuários por estratos de área

De 1930 a 1960, a realização da reforma agrária e o incentivo à pequena propriedade camponesa favoreceram a ampliação da superfície dos estabelecimentos com menos de 20 ha, que passaram de 12,6 para 13,8 milhões de hectares (crescimento de 10%). Nesse mesmo período as unidades com mais de 50 ha tiveram uma redução de 11 para 9,8 milhões de ha, o que significou uma queda de 42% para 37% sobre a superfície total. Após os anos 1970, é possível perceber importantes mudanças na distribuição dos estabelecimentos por estratos de área, sobretudo nas explorações com mais de 50 ha, que passaram de 37% em 1961 para 51% em 2010 (apesar de serem apenas 3,5% do número de unidades). Já os estabelecimentos menores (menos de 20 ha) chegam em 2010 com apenas 30% da superfície total (enquanto em 1961 era de 52%). Contudo, este grupo de unidades responde por 90% do número de estabelecimentos em 2010 (Figura 5).

**Figura 5** – Distribuição (%) da superfície agrícola total (SAT) por estratos de área (1930-2010)



Fonte: Fanfani (1990); ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

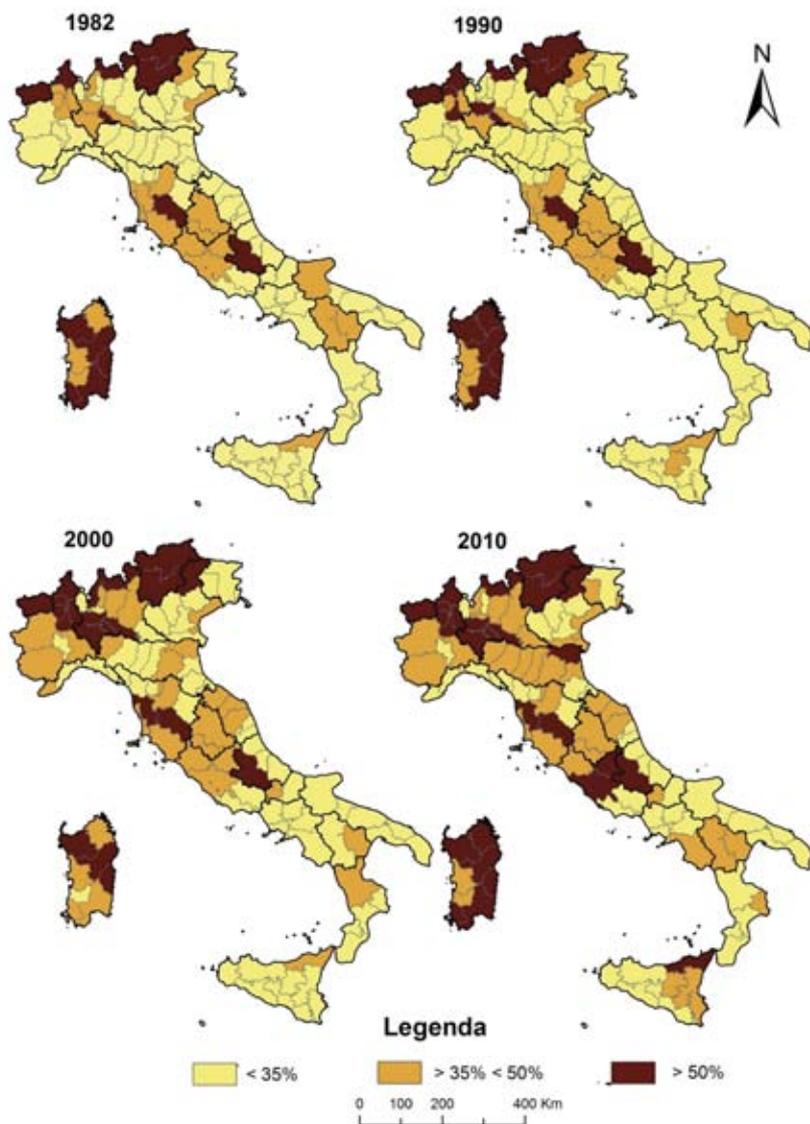
Ao observar a distribuição dos estabelecimentos por estratos de área ao longo dos últimos 80 anos (1930-2010), é evidente o forte decréscimo das unidades com menos de 20 ha, que passaram de 12,6 a 5,2 milhões de hectares (redução de 60%). O único estrato que cresceu, tanto em termos relativos quanto absolutos, foi o intermediário (estabelecimentos com superfície superior a 20 ha e inferior a 50 ha), chegando a 3,2 milhões de hectares em 2010, enquanto em 1930 este valor era de 2,6 milhões (aumento de 22%). Com este resultado, os produtores intermediários ampliaram o seu percentual sobre a área total, que foi de 10% para 19%. Já as unidades com mais de 50 ha passaram a representar mais da metade da área dos estabelecimentos. Este resultado está relacionado com o forte êxodo rural, especialmente entre os jovens em áreas montanhosas e colinas, acarretando na falta de sucessores e favorecendo a compra pelos agricultores mais capitalizados (FANFANI, 2012). Além disso, o próprio processo de modernização do setor agrícola – geralmente associado à monocultura, a escalas de produção, à crescente “externalização” da atividade produtiva e à dependência das grandes empresas do sistema agroindustrial (PLOGG, 2008; 2006) – amplia a vulnerabilidade dos estabelecimentos menores, visto que muitos não conseguem se manter neste padrão produtivo.

Na Figura 6 é possível perceber o percentual de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 ha de SAT por província nos últimos 30 anos. Em 1982, o número destas unidades era inferior a 35% na maioria das regiões, principalmente no sul do país, Costa Leste e Vale do Pó (pianura padana). Os valores mais elevados nesse período concentravam-se nos Alpes e na Sardenha. De 1982 a 1990 não ocorreram mudanças significativas, mantendo as mesmas características espaciais. Em 2000, pode-se ver um aumento na média da SAT, especialmente no norte. Já em 2010, os estabelecimentos com mais de 50 ha de SAT tornam-se majoritários no norte do país, Sardenha, entorno de Roma e nas províncias de Pisa, Siena e Messina. Também houve um crescimento nas regiões de Umbria, Marche, Campania, Emilia Romagna e Basilicata.

### **Formas de condução do estabelecimento agropecuário**

A diversa relação entre propriedade, negócio e trabalho levou o meio rural italiano a uma grande variedade de formas de gestão dos estabelecimentos agropecuários, que tem sido afetada por mudanças significativas nas últimas oito décadas. Do fascismo ao período pós-guerra (1930-1947), o quadro que emerge evidencia a prevalência da grande propriedade ligada a antigas formas de condução, enquanto

**Figura 6** – Percentual do número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 ha de superfície agrícola total (SAT) por província italiana entre 1982 e 2010



Fonte: ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

as unidades familiares ocupavam uma parte pouco significativa da superfície agrícola italiana. Os estabelecimentos conduzidos por assalariados respondiam por quase 15 milhões de hectares em 1930, o que representava mais de metade da área total (53%), e localizavam-se tanto no norte da Itália – onde havia as explorações mais integradas ao mercado – como no sul – em grande parte nas terras geridas por latifundiários. Deve-se ressaltar, entretanto, que parte importante da superfície conduzida por assalariados localizava-se em terras de mata em áreas de maior altitude.

A forma de gestão direta do agricultor, de acordo com as estimativas de Serpieri (1947), empregava mais de 8,1 milhões de hectares em 1930, o equivalente a 28,6% da superfície produtiva nacional. Já a *mezzadria* e a *colonia parziaria*<sup>7</sup> ocupavam um total de 5,1 milhões de hectares, representando 18,3% das áreas. A *mezzadria* estava concentrada na Itália central e nas áreas próximas (como a província de Emilia-Romagna), onde ocupou uma grande parte da superfície agrícola (46%). Nessas regiões, até mesmo pela presença simultânea de estabelecimentos geridos por assalariados, a área ocupada por unidades com gestão direta do agricultor era muito baixa (apenas 13%). Os contratos de *colonia* eram importantes no sul, onde assumiam formas muitas diferenciadas de região para região, apesar de serem caracterizados pelo elevado grau de incerteza contratual, o que os distinguiu nitidamente da *mezzadria* típica do norte.

Para o ano de 1947, Medici (1956) demonstra que as formas de condução dos estabelecimentos tiveram mudanças substanciais no pós-guerra. A modalidade de gestão direta pelo próprio agricultor chegou a 14,5 milhões de hectares, alcançando mais da metade da área produtiva agrícola italiana, contra apenas 28,5% em 1930. A condução por assalariados passou a cobrir em 1947 mais de 7 milhões de hectares (25,6% da área total), o que representa uma perda de mais da metade da superfície desta forma de gestão naquele momento. Esta diminuição ocorreu, sobretudo, no sul e nas ilhas (cerca de 3,6 milhões de hectares), onde as unidades com trabalho assalariado passaram a ser conduzidas pelos próprios agricultores (resultado das

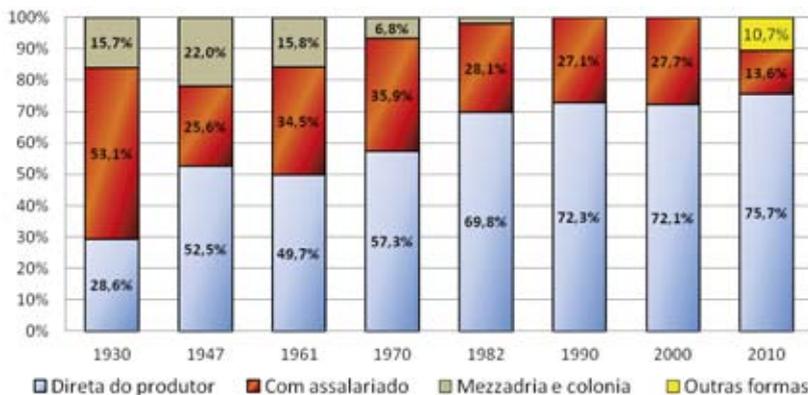
---

<sup>7</sup> A *mezzadria*, que no Brasil assemelha-se à noção de meeiro, é um contrato entre um proprietário de uma área rural e um agricultor. O segundo produz na área do primeiro e os produtos geralmente são divididos em partes iguais. No contrato de *mezzadria*, o agricultor também representa a sua família. A *colonia parziaria* constitui-se em um tipo de *mezzadria*, cuja principal diferença é que a produção não é dividida necessariamente na metade e a relação com o proprietário não envolve a família.

políticas de reforma agrária e estímulo às propriedades camponesas) ou no formato das parcerias (*mezzadria* e *colonia parziaria*). O norte italiano também foi muito importante para a redução da área gerida por assalariados (queda de 3,7 milhões de hectares), onde um terço desta área passou a ser conduzido pelos próprios agricultores. Na região central da Itália a redução da área dos assalariados foi muito menos acentuada, atingindo cerca de 800 mil hectares.

As parcerias (*mezzadria* e a *colonia parziaria*) tiveram uma ampliação e consolidação em 1947, pois alcançaram 22% (em 1930 respondiam por 18,3%). Em áreas com *mezzadria* tradicional – na região central da Itália – houve uma ligeira diminuição em relação a 1930 (Figura 7). A ampliação desta forma de condução ocorre sobretudo no sul do país, onde ganha importância um tipo de colônia muito menos organizado e mais precária, que cresceu mais de 2 milhões de hectares, duplicando sua superfície em comparação com 1930.

**Figura 7** – Formas de condução do estabelecimento sobre a superfície agrícola total (SAT)



**Fonte:** Serpieri (1947); Medici (1956); Fanfani (1990); ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

O final da primeira metade do século XX foi palco de muitas mudanças na política agrária, o que favoreceu o fenômeno da “campesinização” (*contadinizzazione*) da agricultura italiana (FANFANI, 1990). Isso porque, em comparação com as décadas anteriores, as políticas de reforma agrária e estímulo às propriedades camponesas mudaram as dinâmicas rurais do país, assumindo características mais estáveis e duradouras através do investimento na propriedade da terra (principalmente após 1947, quando os programas passaram a proporcionar

a posse deste ativo aos pequenos agricultores). As outras formas de gestão das explorações ficaram sujeitas a mudanças profundas, como a rápida transição para uma economia predominantemente industrial e, posteriormente, industrial-terciária, vendo a sua importância relativa diminuir e tendo que reformular a estrutura interna.

De 1947 a 1961 percebe-se, por um lado, a consolidação das empresas conduzidas diretamente pelo produtor e, por outro, um aumento substancial da gestão por assalariados, ambos em meio a um processo de crescimento da propriedade da terra (como será visto no tópico seguinte). Ao mesmo tempo, manifesta-se a primeira redução da *mezzadria* e da *colonia parziaria*, que praticamente deixarão de existir nas décadas seguintes. Estas modalidades de parceria perderam 1,9 milhão de hectares (-31% em relação a 1947) e sua importância no total italiano é reduzida para menos de 15,8% da superfície nacional. No sul do país e nas ilhas é evidente a queda da *colonia parziaria*; já no centro da Itália o aumento das explorações com assalariados absorve, ainda que não completamente, a redução drástica na *mezzadria* (mais de 700 mil ha).

A condução com assalariados ultrapassa os 9,1 milhões de hectares em 1961, o que representa quase 35% da área total (crescimento de 2,1 milhões de hectares em relação a 1947). O aumento desta forma de gestão é, no entanto, muito diferente entre as regiões do país. No norte da Itália o crescimento das unidades geridas por empregados é mais consistente, ao passo que na região central amplia-se em um ritmo menos intenso. Na região meridional e insular ocorreu um acréscimo de 710 mil hectares com assalariados, chegando a 3,8 milhões em 1961 (crescimento de 23% da área). As unidades com gestão direta do agricultor alcançam 13,2 milhões de hectares em 1961, o que representa quase 50% da superfície total, com uma perda de mais de 1,2 milhão de hectares em comparação a 1947, quando respondiam por 52,5% (Figura 7).

No período de 1961 a 1982 ocorreram muitas mudanças nas formas de condução dos estabelecimentos, embora algumas tendências surgidas na década de 1950 tenham se mantido. A *mezzadria* e a *colonia parziaria* praticamente desapareceram, pois dos 4,2 milhões de hectares em 1961 restaram apenas 700 mil hectares em 1982. Em termos do percentual da SAT, ocupavam 15,8% da superfície e foram reduzidas para menos de 2% em 1982. Esse processo ocorreu tanto nas áreas tradicionais de *mezzadria* (perda de 2,4 milhões de hectares no centro e norte) como nas regiões de *colonia parziaria* (diminuição de 1 milhão de hectares no sul da Itália).

Por outro lado, há um aumento significativo da gestão direta pelo próprio agricultor, cujo crescimento foi de 13,2 para 15,6 milhões de hectares entre 1961 e 1982 (ampliação de 18%). Essa expansão fez com que esta forma de condução passasse de 50% para 70% da área total dos estabelecimentos. Já as unidades conduzidas por assalariados apresentaram um aumento modesto de 1961 a 1970 (passaram de 34,5% para 35,9% da SAT). Contudo, na década seguinte houve uma redução significativa, pois controlavam 9 milhões em 1970 e passaram a 6,3 milhões de hectares em 1982 (O equivalente a apenas 28% da área agrícola total italiana).

Em suma, de 1930 a 1980 há o desmoronamento do latifúndio, especialmente no sul do país após a Segunda Guerra Mundial, e o rápido desaparecimento das formas de parceria (sobretudo *mezzadria* e *colonia parziaria*), em paralelo à expansão das formas de gestão direta do agricultor, com mão de obra predominantemente familiar. A condução por assalariados, após o seu crescimento na década de 1960, vem diminuindo ao longo dos anos seguintes. Na verdade, depois de uma expansão em 1950 e 1960, esta modalidade passou de 34,5% da SAT em 1961 para 13,6% em 2010 (Figura 7). Assim, a área total gerida por assalariados alcança 2,3 milhões de hectares em 2010, subindo para mais de 4 milhões se considerar os outros modos de condução, que incluem unidades pertencentes a entidades públicas e privadas constituídas por terras improdutivas, particularmente florestas e prados.

Na década de 1970 tem início uma profunda articulação interna das unidades com condução direta, no qual o uso da mão de obra familiar é prevalente, mas conjugado com a força de trabalho extrafamiliar. Além disso, foram desenvolvidas várias formas de agricultura a tempo parcial (*part-time*) e passa-se a utilizar, cada vez mais, o uso de serviços externos (CALZA BINI, 1976; BRUSCO, 1979; CAVAZZANI, 1980). A SAT conduzida diretamente pelo agricultor aumentou progressivamente, até chegar a 15,6 milhões de hectares em 1990. Na década seguinte ocorre, pela primeira vez, uma redução em termos absolutos desta sua área, que está vinculada com a queda acentuada nas terras agrícolas totais (Tabela 1). Em 2010, a condução direta alcança o seu maior peso relativo ao responder por 75,7% da SAT (Figura 7).

Conforme Fanfani e Spinelli (2012), a importância dessas unidades com condução direta, no entanto, é subestimada, pois o trabalho prestado pelos serviços terceirizados (*contoterzismo*) não é considerado pelo Censo. Além disso, o próprio uso de trabalhadores extracomunitários (que pertencem aos países que não fazem parte da União Europeia) também afeta os estabelecimentos com condução direta. O Censo da

Agricultura de 2010 foi o primeiro a perguntar sobre a origem dos trabalhadores e aponta que 25% de toda mão de obra ligada à atividade agrossilvopastoril na Itália são de estrangeiros. Entretanto, há uma diferença regional muito expressiva, pois atinge mais de 45% no norte, enquanto no sul chega a 15% e nas ilhas alcança 11%.

A predominância da condução pelo próprio produtor rural e o aumento da utilização de mão de obra extrafamiliar, combinados com a expansão da terra em regime de propriedade e arrendo (tópico abaixo) e a capacidade para operar superfícies maiores diante das inovações tecnológicas, provocaram uma aproximação entre as distintas formas de condução da agricultura italiana. Portanto, os modos de gestão tornaram-se similares e as diferenças entre eles sutis, apontando para um cenário mais homogêneo e novo quando comparado com as décadas anteriores.

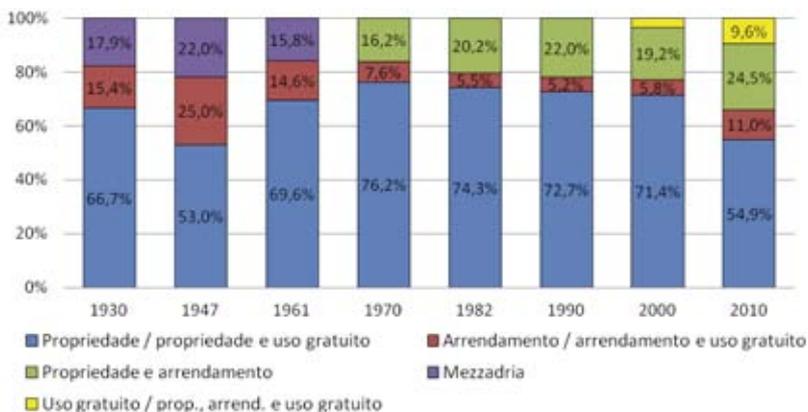
### **Condição do estabelecimento e título de propriedade da terra**

As mudanças descritas acima, referentes às transformações das formas de condução dos estabelecimentos, têm sido acompanhadas por uma profunda reviravolta no título de propriedade da terra. No período de 1930 a 1947, a superfície em propriedade foi reduzida significativamente, passando de 19 para 14,6 milhões de hectares, o que significou, em termos relativos, uma redução de 67% para 53% da área total. Em paralelo, a superfície arrendada cresceu de 4,4 para 6,9 milhões de hectares no mesmo período (passando de 15% para 25% da SAT). Estes dados reforçam o caráter instável do processo de “campe-sinização” implementado no período fascista, que buscou desenvolver os pequenos estabelecimentos agropecuários, principalmente no sul do país, mas sem romper com o arrendamento e com os contratos de *colonia parziaria*, preservando parte da estrutura agrária preexistente.

De 1947 a 1961, verifica-se uma queda significativa na terra usada para arrendamento e *mezzadria*, crescendo o título de propriedade (de 53% para 70%). As diversas mudanças nas formas de posse da terra neste período são reflexos de uma nova linha na política agrária, com foco na lei de formação da pequena propriedade camponesa em 1948 e nas leis da reforma agrária em 1950. Essas intervenções, como apontado por Campus (1969), envolveram um grande número de unidades e uma elevada superfície: cerca de 800 mil estabelecimentos e 700 mil hectares para a reforma agrária, e mais de 1,1 milhão de hectares pela lei da formação da pequena propriedade camponesa (sendo que mais de 900 mil hectares referem-se às explorações que não eram conduzidas diretamente pelo produtor, isto é, áreas geridas por assalariados e

parceiros). Portanto, mais de 1,8 milhão de hectares foram direcionados para as propriedades camponesas através de medidas legislativas entre 1947 e 1961, favorecendo a aquisição da propriedade da terra.

**Figura 8** – Distribuição da SAT (%) no título de propriedade da terra (1930-2010)<sup>8</sup>



**Fonte:** Fanfani (1990); ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

Após 1970 ocorre a expansão de terras arrendadas, sob diversas formas, representando uma das mais importantes mudanças estruturais nas últimas décadas – entretanto, restam poucas unidades exclusivamente arrendadas, ocupando em 2010 uma SAT de 1,8 milhão de hectares. Os estabelecimentos que mesclam propriedade da terra e arrendamento se tornam, progressivamente, mais importantes: pouco mais de 158 mil explorações que ocupam uma área superior a 4 milhões de hectares (um quarto do total) e o tamanho médio destas explorações excede o dobro do valor total nacional. Se somar as terras que são afetadas, direta ou indiretamente, pelo arrendamento (sejam aquelas exclusivamente arrendadas ou aquelas que mesclam propriedade, arrendamento e uso gratuito), é evidente o seu atual peso, que alcança 45% da SAT italiana em 2010, bem como o seu crescimento na última década, quando alcançava 28,6% em 2000. O uso combinado de diferentes formas de gestão da propriedade e de uso da terra é reflexo do processo de modernização das estruturas sociais, especialmente

<sup>8</sup> Neste gráfico pode haver um problema de comparabilidade entre os dados apresentados anteriormente. De toda forma, decidiu-se mantê-lo para exibir a trajetória ao longo dos anos. Os dados de 1930, 1947 e 1961 foram obtidos em Fanfani (1984). Para os demais anos, foram consultados os Censos Gerais da Agricultura (ISTAT).

na fase de mudança geracional. A posse exclusiva da propriedade da terra, no entanto, continua ainda predominante, com mais de 55% da área total (Figura 8).

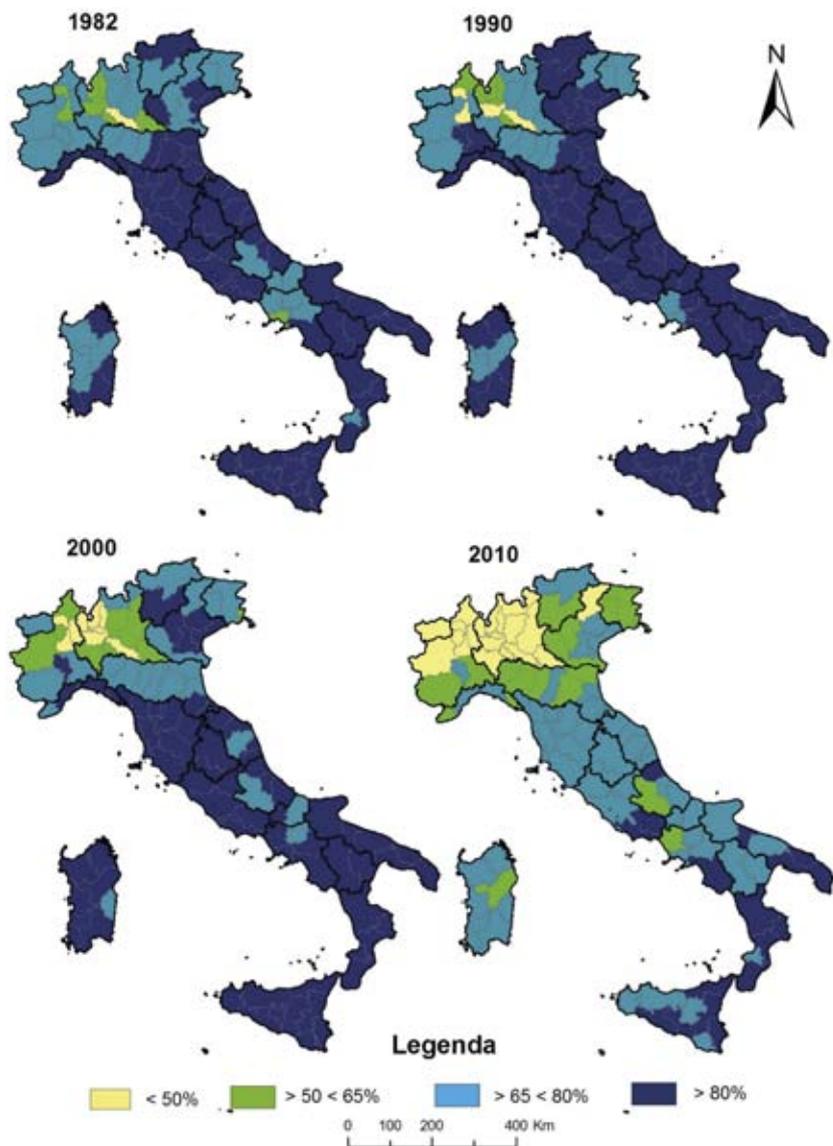
A redução dos estabelecimentos cujo título de posse é a propriedade tem um perfil regional diversificado. Como pode ser visto na Figura 9, de 1982 a 1990, a propriedade foi responsável por mais de 80% do número de estabelecimentos nas províncias do centro-norte ao sul italiano. Em 2000, pode-se ver alguma mudança, especialmente em Piemonte e Lombardia, onde a propriedade passa a perder peso relativo. Em 2010, quase todo o mapa da Itália muda de cor porque a propriedade reduz a sua importância, permanecendo com mais de 80% em apenas algumas províncias do sul e na Sicília. Na região central e na Sardenha a presença da propriedade é reduzida, ao passo que em várias províncias do norte (especialmente no Valle d'Aosta, Piemonte e Lombardia) ela já não é majoritária com o aumento das explorações arrendadas e daquelas que conjugam propriedade com arrendamento.

### **Considerações finais**

As grandes mudanças em curso ao longo dos últimos 80 anos na estrutura dos estabelecimentos agropecuários italianos, como pôde ser visto, não foram lineares nem uniformes. Transformaram-se algumas características internas das unidades de produção, a começar pelo aumento do seu tamanho e pela concentração progressiva em um menor número de exploração cada vez maior. As formas de condução direta pelo produtor tornaram-se predominantes e ocorreu um aumento da utilização de mão de obra extrafamiliar, do uso da terra que mescla propriedade e arrendamento e do uso de serviços externos ao estabelecimento. A formação de grandes unidades (que para os padrões italianos podem ser consideradas aquelas com mais de 50 ha de SAT) envolveu tanto as explorações cuja gestão é realizada por assalariados como aquela de condução familiar, contribuindo para a formação de unidades cada vez mais semelhantes, embora se diferenciem em função da dimensão fundiária e econômica.

A concentração dos estabelecimentos em áreas de planície ampliou as dicotomias territoriais existentes na agricultura italiana, uma vez que esses processos foram mais rápidos no norte do que no sul. Enquanto prevalece a função produtiva nas áreas de planície, nas regiões de colinas e montanhas, especialmente nos Apeninos, há um grande abandono da atividade agropecuária, agravando os problemas socioeconômicos do território. A própria estrutura do tra-

Figura 9 – Distribuição (%) do número de estabelecimentos cujo título de posse é a, propriedade por província italiana entre 1982 e 2010



Fonte: ISTAT - Censimenti generali dell'agricoltura.

balho familiar mudou significativamente através do maior empenho dos membros da família fora do estabelecimento (pluriatividade) e do aumento de mão de obra não familiar e estrangeira. O envelhecimento dos condutores, no entanto, continua presente e dificulta a mudança geracional.

A partir dos processos averiguados neste trabalho, cabe questionar como o meio rural italiano vai se posicionar para enfrentar o sistema agroalimentar contemporâneo, que tem se caracterizado pela concentração empresarial, liberalização do comércio, maior integração dos mercados, novas exigências em termos de qualidade, variedade, confiabilidade e flexibilidade etc. E, mais importante, como a atual configuração agrária do país pode contribuir na superação da crise econômica atual.

## **Referências bibliográficas**

- ARTIOLI, G. *La politica agraria in Italia*. Roma: Editori Riuniti, 1979.
- BARBERO, G. *Tendenze nell'evoluzione delle strutture delle aziende agricole italiane*. Roma: INEA, 1967.
- BENEDICTIS, M. *Strategie familiari, pluriattività e politiche agrarie*. Bologna: Il Mulino, 1992.
- \_\_\_\_\_. Verso un nuovo sistema agroindustriale. In: *50 anni di meccanizzazione agricola in Italia: la storia e le sfide*. Roma: UNACOMA, 1995.
- BRUSCO, S. *Agricoltura ricca e classi sociali*. Milão: Feltrinelli, 1979.
- CALZA BINI, P. *Economia periferica e classi sociali*. Nápoles: Esi, 1976.
- CAMPUS, F. *Dinamica delle strutture agricole italiane*. Roma: INEA, 1969.
- CAVAZZANI, A. *Il part-time agricolo*. Venezia: Marsilio, 1980.
- DE MASI, D. (Org.). *A Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Senac, 1999.
- FABIANI, G. *L'agricoltura italiana tra sviluppo e crisi (1945-1985)*. Bologna: Il Mulino, 1987.

- FABIANI G., SCARANO G. La stratificazione socioeconomica delle aziende agricole: pluralismo funzionale e sviluppo territoriale. *La Questione Agraria*, n. 59, 1995.
- FANFANI, R. *Il contoterzismo nell'agricoltura italiana*. Bolonha: Il Mulino, 1989.
- \_\_\_\_\_. Proprietà terriera ed azienda agricola nell'Italia del dopoguerra. In: BEVILACQUA, P. Storia dell'agricoltura italiana, v. II, *Uomini e classi*, Marsilio Editori, Venezia, 1990.
- \_\_\_\_\_. La struttura delle aziende agricole in Emilia-Romagna nel nuovo millennio. In: FANFANI, R.; PIERI, R. *Il sistema agro-alimentare dell'Emilia-Romagna*. Bolonha: Maggioli Editore, 2012 .
- FANFANI, R.; MONTRESOR, E. *La struttura sociale dell'agricoltura italiana verso il 2000*. Milão: Franco Angeli, 2000.
- FANFANI, R.; SPINELLI, L. L'evoluzione delle aziende agricole italiane attraverso cinquant'anni di censimenti (1961-2010). *Agriregionieuropa*, ano 8, n. 31, 2012.
- IACOPONI, L. *La struttura aziendale agricola: analisi, rilevazione, evoluzione*. Bari: Convegno Sidea, 1985.
- ISTAT - Istituto Nazionale di Statistica. *Censimenti generali dell'agricoltura*. Disponível em: <http://www.istat.it/it/censimento-agricoltura/agricoltura-2010> Acessado em setembro. de 2013.
- MANTINO, F. *L'azienda agricola e dintorni*. Roma: INEA, 1995.
- MARINELLI, A.; SABBATINI, M. E.; TURRI, E. Le Tipologie delle aziende agricole italiane tra professionalità e accessorietà. *Rivista di Economia Agraria*, n. 3, 1998.
- MEDICI, G. *La distribuzione della proprietà fondiaria in Italia*. Roma: INEA, 1956.
- PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.13-54.
- ROSSI DORIA, M. *La disaggregazione dell'agricoltura italiana*. Roma: INEA, 1969.
- RUSSO, C.; SABBATINI, M. Analisi esplorativa delle differenziazioni strategiche nelle aziende agricole. *Rivista di Economia Agraria* n.4, 2005.
- SERPIERI, A. *La struttura sociale dell'agricoltura italiana*. Roma: Ed. Italiane, 1947.

FANFANI, Roberto, Lucilla Spinelli, Valdemar João Wesz Junior. Transformações agrárias na Itália de 1930 a 2010. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2014, vol. 22, n. 1, p. 32-54, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Transformações agrárias na Itália de 1930 a 2010*). O objetivo deste artigo é analisar as transformações e dinâmicas agrárias ocorridas na Itália de 1930 a 2010, focalizando o debate nas unidades de produção, nos meios de condução do estabelecimento e nas formas de posse da terra. Para tanto, são utilizados os dados do Censo Geral da Agricultura. Os resultados apontam para importantes transformações ao longo dos últimos 80 anos, que não foram lineares nem uniformes. Entre as mudanças, destacam-se a concentração fundiária, o crescimento da gestão pela família (em detrimento da condução por assalariados) e o aumento do trabalho fora da unidade de produção (pluriatividade).

**Palavras-chave:** transformação agrária, Itália, meio rural.

**Abstract:** (*Agrarian transformation in Italy, from 1930 to 2010*). This paper aims at analyzing agrarian dynamics and transformation that occurred in Italy from 1930 to 2010. The debate concentrates on production units, forms of management of agricultural establishments, and models of land tenure. The paper uses data from the General Census of Agriculture. Results point to important types of transformation – that were neither linear nor uniform – over the past 80 years. Among the highlighted shifts are land concentration, the growth of family management (rather than control of the unit by employed workers) and the rise of work outside the production unit (pluriactivity).

**Key words:** agrarian transformation, Italy, rural areas.

Artigo recebido em 11/01/2014

Artigo aprovado para publicação em 12/06/2014